



MUNICÍPIO DO CARTAXO

CONVITE

CPREV/21/2024/UFCP

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENTES OPERACIONAIS
(ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA)**



MUNICÍPIO DO CARTAXO

Índice

Secção I – Disposições Gerais.....	3
Artigo 1.º – Identificação do procedimento.....	3
Artigo 2.º – Entidade Adjudicante.....	3
Artigo 3.º – Decisão de contratar	3
Artigo 4.º – Fundamento da escolha do procedimento.....	3
Artigo 5.º – Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento.....	3
Artigo 6.º – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento	4
Artigo 7.º – Indicação do Preço	4
Artigo 8.º – Negociação	4
Artigo 9.º – Critério de Adjudicação.....	5
Secção II – Apresentação da Proposta	5
Artigo 10.º - Proposta	5
Artigo 11.º – Documentos que constituem a Proposta	6
Artigo 12.º - Apresentação de Propostas Variantes.....	6
Artigo 13.º – Idioma dos documentos da proposta.....	6
Artigo 14.º – Prazo para apresentação da proposta.....	6
Artigo 15.º – Modo de apresentação da proposta.....	7
Artigo 16.º – Prazo de manutenção da proposta	7
Artigo 17.º – Caução	7
Artigo 18.º – Relatório Preliminar	7
Artigo 19.º – Audiência Prévia	8
Artigo 20.º – Relatório Final	8
Secção III – Adjudicação e habilitação	8
Artigo 21.º - Notificação da Adjudicação.....	8
Artigo 22.º – Documentos de habilitação	9
Artigo 23.º – Idioma dos Documentos de habilitação.....	10
Artigo 24.º – Prevalência.....	10
Artigo 25.º - Contrato	10
Artigo 26.º - Legislação Aplicável.....	11
ANEXO I – Formulário de Proposta	12



Secção I – Disposições Gerais

Artigo 1.º – Identificação do procedimento

O presente procedimento é designado por “CPREVIA/21/2024/UFCP – Aquisição de Serviços Assistentes operacionais (Atividades de Animação e Apoio à Família)”.

Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, é entidade adjudicante o Município do Cartaxo, número de identificação de pessoa coletiva 506 780 902, com sede no Edifício Paços do Concelho, Praça 15 de Dezembro, 2070-050 Cartaxo, com o telefone n.º 243 700 250, endereço de correio eletrónico contratacaopublica@cm-cartaxo.pt, e é utilizada a seguinte plataforma de contratação pública <https://www.acingov.pt/>.

Artigo 3.º – Decisão de contratar

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar relativa ao presente procedimento foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, no âmbito de competências próprias.

Artigo 4.º – Fundamento da escolha do procedimento

A escolha do procedimento de consulta prévia foi tomada com fundamento na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, tendo em conta não ser possível ao Município do Cartaxo satisfazer a presente necessidade pública por via de recursos próprios.

Artigo 5.º – Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. O Convite e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante nos dias úteis das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, desde o dia do envio do convite até ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. O Convite e o Caderno de Encargos encontram-se ainda disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante, no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/>, onde podem ser consultadas e copiadas.



Artigo 6.º – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao júri até ao dia anterior ao termo do prazo de apresentação de propostas.
2. No prazo referido no número anterior, devem ainda as entidades convidadas apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas no número 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo as entidades convidadas imediatamente notificadas desse facto.
6. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º – Indicação do Preço

1. Para efeitos do artigo 47.º do CCP, o preço base do procedimento é de **€ 74.800,00 (setenta e quatro mil e oitocentos euros)**, sendo este o valor máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato nas condições melhor especificadas no Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se devido.
2. O preço constante da proposta não inclui IVA e deve ser indicado em euros, por extenso e em algarismos, com duas casas decimais.
3. Em caso de divergência, os preços indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Artigo 8.º – Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.



Artigo 9.º – Critério de Adjudicação

1. A adjudicação, consignada nos termos do presente procedimento, será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, no caso concreto, o preço.
2. Para efeitos da avaliação referida no número anterior, as propostas serão ordenadas por ordem crescente de preço, sendo graduada em primeiro lugar aquela que apresentar o preço mais baixo.
3. Se ficarem graduadas em primeiro lugar duas ou mais propostas, ou seja, em situação de empate técnico, o desempate será concretizado através da realização de um sorteio.
4. A data, hora e local do sorteio a realizar serão notificadas, com o relatório final, aos concorrentes graduados em primeiro lugar.
5. Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
6. Após a realização do sorteio será elaborado novo relatório final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Secção II – Apresentação da Proposta

Artigo 10.º - Proposta

1. Nas propostas, as entidades convidadas manifestam a sua vontade de celebrar o contrato, bem como os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.
2. As propostas apresentadas pelas entidades convidadas devem respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.
3. As propostas serão excluídas se não obedecerem a todas as características técnicas exigidas.
4. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pela entidade convidada.



Artigo 11.º – Documentos que constituem a Proposta

1. As propostas são constituídas, em cada lote, pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos;
 - b) Formulário da proposta, conforme modelo constante no Anexo I ao presente convite, com a indicação do preço proposto;
 - c) Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente;
 - d) Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (aplicável apenas nos casos em que o certificado digital não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura), para os efeitos do disposto do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. A não apresentação dos documentos indicados no número anterior determina a exclusão da proposta apresentada.
3. As entidades convidadas poderão apresentar outros elementos que considerem de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado nas peças do presente procedimento.

Artigo 12.º - Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 13.º – Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução para língua portuguesa devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 14.º – Prazo para apresentação da proposta

1. As propostas e os documentos que as constituem deverão ser apresentados até às 23h59 (hora continental) do **6.º dia** após o envio do convite.



MUNICÍPIO DO CARTAXO

2. As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados exclusivamente através da plataforma AcinGov no endereço <http://www.acingov.pt>.
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Artigo 15.º – Modo de apresentação da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante <https://www.acingov.pt/>.
2. A proposta e respetivos documentos deverão ser assinados através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue à Entidade Adjudicante um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constitua a proposta não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve o mesmo ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante;
 - b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta;
 - c) Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

Artigo 16.º – Prazo de manutenção da proposta

O prazo de manutenção da proposta será de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

Artigo 17.º – Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é necessária a prestação de caução para garantia do presente contrato, em virtude de o preço contratual ser inferior a € 500.000,00 (quinhentos mil euros).

Artigo 18.º – Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o Júri do procedimento elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual propõe a ordenação das mesmas.



MUNICÍPIO DO CARTAXO

2. No relatório preliminar, o Júri do procedimento deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos nos artigos 70.º e 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos prestados ao abrigo do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 19.º – Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o às entidades convidadas, fixando-lhe um prazo de **3 (três) dias úteis**, para, querendo, se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 20.º – Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, o Júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações das entidades convidadas, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 70.º ou do n.º 2 do artigo 146.º ambos do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, restrita aos interessados, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o procedimento de consulta prévia, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Secção III – Adjudicação e habilitação

Artigo 21.º - Notificação da Adjudicação

1. Após a decisão de adjudicação e até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, as entidades convidadas são notificadas eletronicamente desse mesmo ato.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade convidada que ficou graduada em primeiro lugar será notificada para:



MUNICÍPIO DO CARTAXO

-
- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 22.º do presente convite e no artigo 81.º do CCP;
 - b) Confirmar, no mesmo prazo, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativas a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato.

Artigo 22.º – Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar em suporte digital, através da plataforma AcinGov, no endereço <http://www.acingov.pt>, no prazo de 2 (dois) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal, com indicação do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas, da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência) -, que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- c) Documento comprovativo de inscrição no registo do beneficiário efetivo, nos termos do disposto na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e na Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço no



MUNICÍPIO DO CARTAXO

sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. O adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.
4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
5. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 23.º – Idioma dos Documentos de habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução para a Língua Portuguesa devidamente legalizada.

Artigo 24.º – Prevalência

Nos termos do artigo 51.º do CCP, as normas do Código relativas à formação e execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento, razão pela qual também quaisquer omissões e lacunas serão supridas e integradas com o recurso às normas legais.

Artigo 25.º - Contrato

1. Após a aceitação da minuta do contrato a celebrar pelo adjudicatário, a entidade adjudicante notifica-o para a respetiva celebração, em clausulado informático, com a aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas.
2. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.



Artigo 26.º - Legislação Aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Convite, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014;
- c) Código do Procedimento Administrativo;
- d) Demais legislação aplicável.



ANEXO I – Formulário de Proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 da cláusula 11.º)

... (identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de ... (qualidade em que subscreve a declaração) de ... (identificação da sociedade ou agrupamento), depois de ter tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto do procedimento de consulta prévia n.º **CPREV/21/2024/UFCP - Aquisição De Serviços Assistentes Operacionais (Atividades de Animação e Apoio à Família)**, a que se refere o convite datado de (...), obriga-se a celebrar e a executar o contrato em conformidade com o caderno de encargos, pelo valor global de ... [indicar o preço global em euros, com referência à segunda casa decimal], ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, de acordo com o seguinte:

Unidade de medida	Valor Unitário (S/ IVA)
Mensalidade	[...] €

Data

Assinatura